

A GLORIFICAÇÃO DOS VALORES DA NATUREZA E DA VIDA RURAL NA REVISTA *ESCOLA PORTUGUESA*: INTERPRETANDO IMAGENS FOTOGRAFICAS

Carlos Manique da Silva

manique@net.sapo.pt

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Resumo

O presente texto intenta perscrutar uma ideia de há muito consagrada pela historiografia: a de que o Estado Novo, através da escola elementar, procurou glorificar os valores da natureza e da vida rural (em contraponto ao progresso industrial e urbano apresentado como negativo) com o propósito de manter uma estrutura social imutável. Nessa linha de pensamento, a questão central que se coloca é a de saber que soluções educativas eram preconizadas no sentido de os professores orientarem os alunos para a vida rural. Empiricamente, o estudo tem como suporte a revista *Escola Portuguesa*, órgão oficial da Direção-Geral do Ensino Primário e cujo projeto editorial se prolongou por várias décadas, praticamente, de resto, durante todo o Estado Novo. Privilegiou-se a análise de fotografias reproduzidas na referida publicação periódica, constituindo, disso estamos convencidos, um importante acervo para estudar a *cultura escolar* e os *rituais escolares*, conceitos-chave para a compreensão do nosso objeto de estudo.

Palavras-chave: Cultura escolar; Rituais escolares; Imagens fotográficas; Revista *Escola Portuguesa*.

1. Introdução

O jardim escolar desempenha um papel importante no desenvolvimento do sentido estético, ao mesmo tempo que pode servir os valores pedagógicos de carácter utilitário, formal, moral e, até, religioso. (Escola Portuguesa, n.º 1222, 25 de abril de 1959)

É desta forma (na verdade, bastante abrangente) que se reflete sobre a importância do “jardim escolar” nas páginas da revista *Escola Portuguesa*, no final dos anos de 1950. Não se trata, no entanto, de um tema novo. Na verdade, tal proposição da ação educativa interliga-se com

algumas estratégias do ensino intuitivo muito em voga nos finais do século XIX e nas primeiras décadas da centúria seguinte; falamos, designadamente, das lições de coisas, das visitas, excursões e passeios pedagógicos, sem esquecer, de modo óbvio, os hortos ou jardins escolares (Pintassilgo, 2012). Num certo sentido, pode dizer-se que o método intuitivo surge associado à ideia de descentrar a atividade pedagógica da sala de aula, de a aproximar da natureza, do contato com o meio (se quisermos, do “real”).

E se é certo que as referidas estratégias se inscrevem num movimento de renovação pedagógica que percorre os finais de Oitocentos e as primeiras décadas do século XX, não menos verdadeiro será afirmar que, a partir do final dos anos de 1950, no universo a que nos reportamos, o da escola primária portuguesa, se assiste à valorização do contato com a natureza e com o mundo rural numa apropriação de ideias que circularam em décadas precedentes (apresentadas, porém, como novidade)¹. Diferenciadamente contextualizadas, tais estratégias de ensino, estamos em crer, foram adotadas com o propósito de manter uma hierarquia natural e um sistema escolar discriminatório (Mónica, 1978), algo que passava pela exaltação dos valores do campo e da natureza, em contraponto ao progresso industrial e urbano que era apresentado como negativo (Magalhães, 2010). Desse ponto de vista, seguindo novamente Maria Filomena Mónica, “ser-se educado segundo a posição social significava, acima de tudo, aceitar a condição rural” (Mónica, 1978, p. 138).

De resto, é muito interessante a forma como o “jardim escolar” é abordado numa publicação de cariz didático da responsabilidade editorial da Mocidade Portuguesa; nela se defende a presença na escola de uma pessoa “com conhecimentos técnicos e racionalizados de floricultura” (que não seria o professor) e a existência de “um jardim verdadeiro, onde alguns alunos aprendem a jardinagem” (*Didáctica da Secção Cultural das Actividades Juvenis*, 1968, pp. 89-90). Mais, como então se expressava numa aceção que traduz um verdadeiro programa de ação educativa, “a instalação de pequenos grupos de jardinagem não é apenas um trabalho rústico, mas uma orientação artística no sentido da criação e tratamento da flor” (Idem, p. 90).

O objetivo central deste texto é o de trazer algumas reflexões para pensarmos de que forma o Estado Novo atribuiu consistência discursiva a um conjunto de rituais escolares, muito ligados, percebemo-lo no citado trecho da revista *Escola Portuguesa*, ao catolicismo (lembremo-nos, de igual modo, do regulamentar crucifixo na sala de aula depois de 1936), bem como à transmissão de sentimentos patrióticos e, conseqüentemente, à construção da identidade nacional (Adão, 1984). Neste caso, daremos especial atenção a rituais escolares que descentram a atividade pedagógica da sala de aula. Falamos, designadamente, dos “jardins escolares”. O que está em causa é perceber de que forma os rituais escolares moldam o processo de aprendizagem e influenciam as experiências dos estudantes, justamente através de elementos simbólicos (Mclaren, 1986).

Do ponto de vista teórico, são aqui úteis os conceitos de *ritual escolar* e de *cultura escolar*. O primeiro conceito deve ser distinguido das simples rotinas ou coreografias escolares, pelo simbolismo que envolve (Mclaren, 1986), remetendo, dessa forma, os atores para um sistema de crenças e de valores. Por outro lado, o segundo conceito é aqui visto à luz da formulação de Dominique Julia, ou seja, enquanto “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (Julia, 2001, p. 9).

De modo muito particular, interessa agora explicitar algumas questões que se prendem com as fontes utilizadas no presente estudo. Desde logo, a escolha da revista *Escola Portuguesa*² encerra o pressuposto de que a imprensa de educação e ensino “pode ser problematizada como parte de um processo de construção de arenas especializadas na mediatização do conhecimento educacional” (Carvalho & Ó, 2009, p. 190). No que concerne à cronologia, a opção que tomámos foi a de analisar o referido periódico no período

compreendido entre os finais da década de 1950 e os primeiros anos da década de 1970 e por duas razões de ordem maior. Em primeiro lugar, pelo facto de, nos finais da década de 1950, o citado periódico conhecer importante reestruturação, passando a ser impresso a cores e a incluir um maior número de fotografias. Depois, por ser a partir desse exato momento que, não perdendo a componente laudatória do regime, assume uma natureza mais científico-pedagógica, fruto da colaboração de professores e alunos das escolas do magistério primário.

Importa, ainda, dizer algo relativamente à utilização das imagens como fonte histórica, sobretudo por se tratar de uma questão que tem suscitado algum debate no seio da comunidade científica. Com efeito, alguns autores têm sublinhado a ideia de que as imagens, à semelhança dos textos e dos testemunhos orais, constituem uma forma importante de evidência histórica (cf., por exemplo, Burke, 2004; Grosvenor, 2007). A questão, porém, conforme tem sido veiculado em investigações muito recentes (cf., por exemplo, Braster, 2011; Pozo Andrés e Rabazas Romero, 2010), não passa essencialmente por reconhecer a importância dos documentos visuais na pesquisa em história da educação (algo que se afigura consensual); passa, sim, por considerar se as imagens trazem informações significativas e, mesmo, exclusivas sobre a cultura escolar. Por outras palavras, o que está em causa é um posicionamento teórico (e, obviamente, metodológico) que se deve traduzir numa mudança: da utilização da imagem como mera ilustração ou complemento (aqui é o primado da fonte escrita que permanece)³ ao uso de documentos visuais como fonte primária com parâmetros analíticos específicos. Mas interessa igualmente reconhecer que as imagens não oferecem uma janela “transparente” para o passado; quer isto dizer, por outras palavras, que estão abertas a uma diversidade de leituras (exatamente por deverem ser lidas enquanto textos e não como imagens), exigindo, de resto, um extremo cuidado metodológico no seu tratamento e uma reflexão crítica. Trata-se de algo que pode ser facilmente apreendido a partir da leitura do seguinte trecho:

Images can be quite treacherous sources. On one side they show us “objective” or “real” realities, like the type of school benches that were used in a certain period, but on the other side, they show us representations of realities or interpretations of desired realities at best. For example the clothes that pupils were wearing on many classroom photographs are not the clothes that pupils were wearing every day. In fact in many cases the pupils were dressed up in their Sundays-bests, just because their parents knew that a professional photographer would come to take pictures of their children. (Braster, Grosvenor & Pozo Andrés, 2011, p. 16)

Ao propormo-nos abordar a cultura e os rituais escolares através de imagens fotográficas, cruzando-as, porém, com outro tipo de fontes (designadamente artigos publicados na revista *Escola Portuguesa*)⁴, procuramos tornar “visíveis” manifestações que se prendem com a ação educativa fora do espaço da sala de aula, na perspetiva, porém, de a fotografia ser, ao mesmo tempo, signo e produto da realidade.

2. “Para além das salas de aula”: interpretando imagens fotográficas

Sublinhemos que a arborização dos recintos escolares assume foros de verdadeira campanha nacional a partir do ano letivo de 1959-1960. Na verdade, lê-se na revista *Escola Portuguesa*:

Através de variados artigos publicados na “Escola Portuguesa” e de circulares enviadas pelas Direções Escolares, no seguimento de determinações superiores, foi dado conhecimento a todos os agentes de ensino dos desejos do Ministério sobre este assunto, ao mesmo tempo que se lhes levava a doutrinação necessária, as instruções práticas convenientes e as sugestões complementares adequadas ao enquadramento dos edifícios escolares num ambiente de beleza que traduza o carinho que lhes dispensam os respetivos professores e alunos. (Escola Portuguesa, n.º 1234, 25 de abril de 1960)

Não surpreende que nas páginas do referido periódico surjam notícias a respeito do tema e que sejam mesmo publicadas algumas fotos de jardins escolares, sobretudo nos anos de 1970, habitualmente com crianças em atividade. Em primeiro lugar, pelo facto de a *Escola Portuguesa* ser praticamente de leitura obrigatória para todos os professores, nomeadamente devido à transcrição de legislação diversa (Nóvoa, 1993), constituindo, de resto, um importante veículo de propaganda. Por outro lado, na notícia que citámos, solicitava-se aos professores que fossem divulgando, justamente na *Escola Portuguesa*, “os esforços despendidos”⁵.

Dito isto – trata-se de um enquadramento importante, na medida em que não basta descrever as fotografias para as compreender, ou seja, precisamos do contexto para interpretar o seu conteúdo (Braster, 2011) – a nossa análise incidirá sobre seis fotografias, a preto e branco, publicadas na revista *Escola Portuguesa*, nos anos de 1970 e 1971. Neste caso, as imagens eram selecionadas se representassem alunos num contexto claramente identificado como sendo o de um “jardim escolar” e estivessem (mesmo que de forma suposta) em atividade. De igual modo, tivemos em linha de conta a qualidade gráfica das imagens, uma vez que nem sempre a sua reprodução garantiu a possibilidade de se proceder a uma análise pormenorizada.

Na linha da investigação de Sjaak Braster (2011), adotámos uma abordagem indutiva compreendendo os seguintes passos: i) Descrever o que vemos; ii) Explicar o que vemos (e não vemos); iii) Formular hipóteses a propósito do que vemos (e não vemos). Por outro lado, considerámos a existência de títulos e de legendas na perspetiva em que expressam uma intenção: que pode ser a de auxiliar o leitor na apreensão dos possíveis sentidos da fotografia, mas também de o condicionar (dirigi-lo, se quisermos) nessa mesma leitura. Não esquecemos, ainda, o facto de certas fotografias ilustrarem artigos de opinião. Em causa, a interação entre as representações visual e textual

Numa primeira análise, julgamos útil estabelecer algumas ideias de carácter geral a respeito do conjunto das fotografias. Atentemos então nessas ideias: 1) Todas as fotografias mostram grupos de alunos, aproximadamente da mesma idade, em atividade (ou suposta atividade) no “jardim escolar”; 2) Em quatro das fotografias os alunos são fotografados juntamente com o(a) professor(a); 3) Em algumas das imagens rapazes e raparigas participam conjuntamente na atividade; 4) No que concerne ao vestuário, todas as fotografias mostram alunos vestidos com bata; 5) Em geral, os alunos evidenciam uma postura descontraída.

Tendo unicamente em conta as citadas declarações, poderíamos ser levados a pensar, por exemplo, que nas escolas primárias oficiais a coeducação era permitida ou, mesmo, que o “clima” de aprendizagem era geralmente descontraído (talvez, pouco formal). Estaríamos certamente a precipitar-nos nas conclusões. Daí ser importante o contexto. Na verdade, para cada fotografia importa saber quem a tirou, porquê e em que circunstâncias (Braster, 2011).

Passemos agora a analisar a primeira fotografia. Desconhecemos, à semelhança, aliás, das restantes, a sua autoria. Porém, ao contrário do que sucedia com as “fotografias de classe”, anualmente a cargo de fotógrafos profissionais e pressupondo um trabalho de *mise-en-scène* (que passava, inclusive, por alterações no vestuário habitual das crianças), é provável que essa função tenha sido desempenhada por outros atores, inclusive professores. A audiência expetável, e o mesmo se aplica às outras fotografias, eram os leitores da revista *Escola Portuguesa*, ou seja, grande parte dos professores primários do país. Mas centremo-nos na Fotografia n.º 1. Nela vemos rapazes e raparigas juntos no pátio de recreio de uma escola primária (que sabemos ser em Arrifana, Aveiro), numa atividade de jardinagem. A maior parte das crianças encontra-se na imediação dos canteiros, sendo que as que estão em primeiro plano se apresentam de joelhos ou de cócoras. Em segundo plano, à esquerda, observamos um grupo de crianças (algumas em pé e com instrumentos próprios para a tarefa a desenvolver) que é diretamente apoiado pela professora. Ao fundo, à direita, junto ao canteiro, ainda uma criança de cócoras e duas em pé, sendo que no último plano um rapaz segura uma alfaia agrícola. Parte da fachada do edifício da escola é também retratada, o mesmo sucedendo a uma zona de arbustos e árvores e, ainda, a uma habitação situada na proximidade.

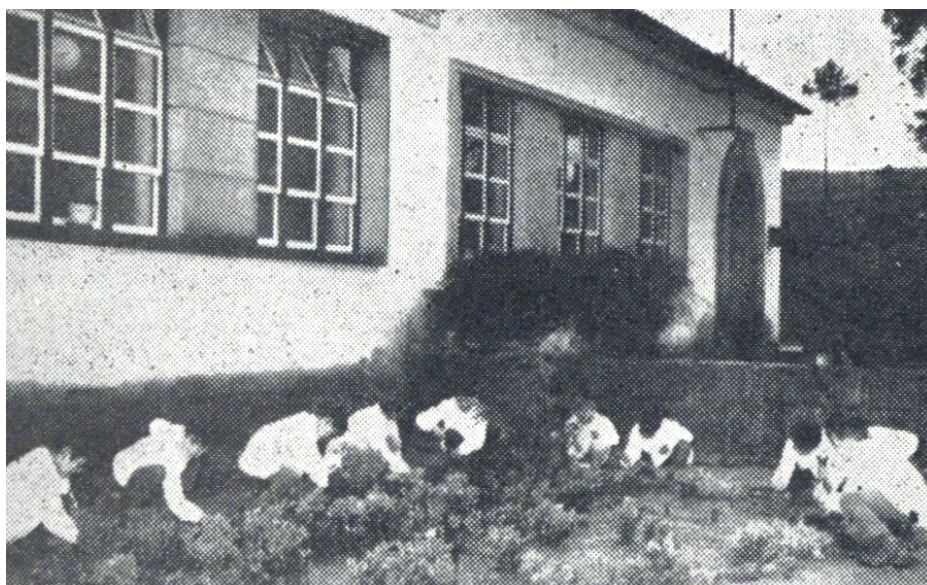


Fotografia n.º 1. “Trabalhos de jardinagem na Escola de Arrifana – Aveiro” (*Escola Portuguesa*, n.º 1354, abril de 1970). Fotografia publicada na capa da revista.

Estamos perante a construção de uma imagem ideal – no sentido em que o fotógrafo define o que está e não está na fotografia –, tendo, aliás, sido preparada com antecipação a atitude das crianças. De facto, se notarmos bem, há pelo menos cinco crianças que olham para a objetiva, situadas ao longo dos vários planos (indício de que todas, ou de que pelo menos quase todas, estavam à espera do momento em que iam ser fotografadas). Por outro lado, é muito interessante a construção da própria imagem. Ou seja, para que houvesse profundidade de campo (e todos fossem assim visíveis) era justamente necessário que as crianças em primeiro plano estivessem de joelhos e de cócoras. Podemos, inclusive, conjecturar se não existiriam outras crianças na escola que não ficaram na imagem (justamente para não “comprometer” a sua leitura). E é ainda útil referir que não nos encontramos face a uma representação magistocêntrica, apesar de a professora ser claramente visível (passando, aliás, o braço, por cima de uma criança). Veja-se que o elemento central da imagem é o rapaz que se encontra em primeiro plano e sorri abertamente olhando para a objetiva.

Há um conjunto de mensagens que a fotografia pretende transmitir. Em primeiro lugar, a de que a atividade de jardinagem precisa da colaboração de todos (e esse é, desde logo, um *valor* implícito); trata-se, assim, de um trabalho de equipa que envolve tanto rapazes como raparigas e a própria professora. Desse ponto de vista, também se promove a ideia de uma relação de proximidade entre alunos e professora (que os acompanha e orienta nas tarefas). Por outro lado, a ação educativa fora da sala de aula é valorizada no sentido em que o jardim não se afigura apenas como um espaço do recreio, servindo, na verdade, para as crianças aprenderem a cuidar de plantas e desenvolverem determinados hábitos (p. ex., de ordem, de arranjo na perspetiva do embelezamento, de respeito pela natureza...). E é também o valor do trabalho rural (ou “rústico”, para utilizar uma designação coeva) que se procura enaltecer.

Ao observarmos a Fotografia n.º 2 – que ilustra, juntamente com outras imagens, um separador intitulado “Vida escolar no distrito de Braga” (o objetivo era o de divulgar aquilo que se considerava ser a “imagem do progresso”) –, constatamos a presença de nove crianças do sexo masculino, todas na mesma posição (de cócoras), numa atividade de jardinagem no recreio da escola. Neste caso, é retratada grande parte da fachada do edifício. Nota-se, porém, uma ausência: a do professor.



Fotografia n.º 2. “Uma aula prática de jardinagem. Escola Masculina de Barreiros, freguesia de Nogueira, concelho de Braga” (*Escola Portuguesa*, n.º 1357, julho de 1970).

O que sobressai é a tentativa de mostrar uma situação “real” de aprendizagem, na qual todos os alunos estão empenhados e “ativos”. De resto, é muito sintomático o título: “uma aula prática de jardinagem”. O que quererá então significar a invisibilidade do professor? Hipoteticamente poderá ter sido o autor da foto ou, mesmo, ter sido intencional fotografar apenas um grupo de alunos (na verdade, os elementos mais importantes da imagem). Nesta última possibilidade, a ideia a passar seria a de a atividade em causa poder ser realizada com alguma autonomia (desta forma, inclusive, durante os períodos de recreio). O enquadramento da fachada é importante, na medida identificamos uma escola do Plano dos Centenários (num certo sentido esta imagem pode ser vista como propaganda do modelo oficial de escolas).

Passemos agora a analisar uma série de três fotografias que ilustra um artigo intitulado “Jardim da Amizade”, publicado em março de 1971 na revista *Escola Portuguesa* e assinado por três professoras das escolas de Quelfes (Olhão). Na Fotografia n.º 3 (e respeitamos a sequência proposta no artigo) observamos sete alunas junto de um canteiro, sendo que a maior parte delas está em pé. Uma criança, situada em primeiro plano, rega as plantas com um balde de plástico. Ao fundo, do lado esquerdo, por detrás de uma árvore (ou arbusto), vislumbram-se três alunas. Constata-se, uma vez mais, a ausência da professora. Por outro lado, na Fotografia n.º 4 vemos um grupo de rapazes e de raparigas numa zona central do pátio da escola, quase todos ajoelhados ou de cócoras (apenas dois rapazes estão em pé), de igual modo junto a um canteiro. A professora, também em pé, surge no eixo da composição num plano posterior ao das crianças. Retratada é ainda a fachada principal da escola (o modelo é o do Plano dos Centenários), além de uma construção não identificada em plano de fundo. Por fim, a Fotografia n.º 5 mostra vários rapazes (em posições diversas e alguns usando chapéu) em atividade de jardinagem no pátio de recreio da escola. Pelo menos um deles utiliza uma alfaia agrícola. O professor, que participa na atividade a par dos alunos, é visível em primeiro plano, numa postura curvada.



Fotografia n.º 3. Ilustração do artigo “Jardim da Amizade” (*Escola Portuguesa*, n.º 1365, março de 1971).



Fotografia n.º 4. Ilustração do artigo “Jardim da Amizade” (*Escola Portuguesa*, n.º 1365, março de 1971).



Fotografia n.º 5. Ilustração do artigo “Jardim da Amizade” (*Escola Portuguesa*, n.º 1365, março de 1971).

Neste caso, importa tentar uma leitura de conjunto das três imagens que tenha em devida conta a interação entre as representações visual e textual. O texto do artigo permite, aliás, perceber o valor que se atribui à colaboração entre professores e alunos. Lê-se numa passagem:

O trabalho de jardinagem necessita da colaboração de todos – rapazes, raparigas e até professores.

Esse trabalho comum aumenta a camaradagem e a aproximação entre alunos e professores, pois é um trabalho de equipa. E além de unir as crianças com uma amizade sã, desenvolve nelas o amor pelas plantas! (Escola Portuguesa, n.º 1365, março de 1971)

Uma das mensagens transmitidas pela série de fotografias em análise tem seguramente que ver com a proximidade entre professores e alunos na realização das tarefas de jardinagem, algo particularmente evidente na Fotografia n.º 5 (a mais dinâmica das três imagens); também, de modo óbvio, com a participação de crianças de ambos os sexos na referida atividade. Mas se atentarmos bem, nesta série impera de alguma maneira a lógica da separação dos sexos. Na verdade, apenas na Fotografia n.º 4 rapazes e raparigas surgem em comum, mas claramente numa situação de pose cénica (trata-se, de resto, da imagem menos dinâmica do conjunto). Talvez por isso a professora seja representada obedecendo a um cânone: no centro da composição e por detrás dos alunos, indiciando uma posição de poder (Braster, 2011).

Por outro lado, o artigo que citámos deixa bem presente que a escola primária não se destinava a promover a mobilidade social:

Na hora da rega os mais fortes prestam a sua valiosa colaboração. Os mais habilitados – os futuros artífices – com chapadas de cimento e argamassa vão fazendo os canteiros que as meninas, caíando, deixam branquinhos.

É preciso abrir covas para as árvores de maior porte? Vêm então os mais velhos, saídos já da escola, ajudar a abri-las, em dias de folga. (Escola Portuguesa, n.º 1365, março de 1971)

E a essa luz, a de um sistema escolar que ministrava um *minimum* cultural e procurava manter uma hierarquia natural, se deve perceber a consistência discursiva atribuída aos rituais escolares de que nos temos vindo a ocupar.

Tempo, ainda, para analisar a derradeira fotografia. Nela observamos um grupo de nove raparigas a jardinar na presença da professora. As alunas encontram-se dispostas em duas filas (umas estão em pé, outras de joelhos ou de cócoras). A professora surge em pé, numa posição descentrada para a direita e muito próxima de uma criança. As tarefas que executam são diferenciadas consoante a fila que ocupam. Por exemplo, no primeiro plano, em pé, vemos uma aluna a regar e outras duas a utilizar alfaías agrícolas...; as que estão de joelhos ou de cócoras “cuidam” diretamente das plantas. A Fotografia n.º 6 retrata igualmente, em fundo e do lado esquerdo do observador, uma construção que não podemos confirmar se se trata do edifício escolar. Uma das questões que se coloca (à qual não conseguimos responder) é a de saber se terão sido representadas todas as crianças da turma.



Fotografia n.º 6. “Hortas”, distrito de Faro (*Escola Portuguesa*, n.º 1369, julho de 1971).

No essencial, a mensagem que a Fotografia n.º 6 pretende transmitir situa-se na linha do que foi sendo afirmado a respeito das outras. Com efeito, e uma vez mais, é a ideia de proximidade entre professora e alunas que sobressai, assim como a tentativa de mostrar uma situação “real” de aprendizagem, na qual todas as crianças estão envolvidas e empenhadas (atuando em equipa). O que estava evidentemente em agenda era o desenvolvimento de hábitos de ordem, de respeito pela natureza, de convivência..., do sentido estético, mas o “jardim escolar” significava ao mesmo a exaltação dos valores do campo e do mundo rural.

Considerações finais

A descrição e a explicação de apenas seis fotografias, ainda que por vezes cruzadas com fontes textuais, não nos conduzem a conclusões definitivas. Além do mais, desconhecemos quem são os seus autores, o processo de seleção das mesmas e de quem foi a responsabilidade dos títulos e das legendas. Seja como for, pensamos ter deixado clara a importância que a análise de imagens – complexa, é verdade, em termos metodológicos – constitui para a investigação em história da educação. E se, em certa medida, isso significa admitir que há “histórias” que só podem ser contadas recorrendo a fontes visuais, continuamos, porém, a julgar mais “prudente” a triangulação entre diversas fontes de evidência.

Por outro lado, é importante sublinhar que o Estado Novo integrou estratégias pedagógicas em voga nos finais do século XIX / inícios da centúria seguinte dando-lhes nova consistência discursiva e uma elevada carga simbólica. As lições práticas de jardinagem – objeto de franca divulgação e de concursos escolares, imagem, ao mesmo tempo, de progresso – são, a esse respeito, elucidativas. O propósito de exaltação de valores que encerram, talvez seja oportuno terminar com esta ideia, enfatiza a dimensão emocional da instrução.

Referências bibliográficas

ADÃO, Áurea (1984). *O Estatuto Socio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.

BRASTER, Sjaak (2011). Educational Change and Dutch Classroom Photographs. A Qualitative and Quantitative Analysis. In BRASTER, Sjaak, GROSVENOR, Ian & POZO ANDRÉS, María del Mar del (eds.). *The Black Box of Schooling. A Cultural History of the Classroom* (pp. 21-37). Brussels: P.I.E. Peter Lang.

BRASTER, Sjaak, GROSVENOR, Ian & POZO ANDRÉS, María del Mar del (eds.) (2011). *The Black Box of Schooling. A Cultural History of the Classroom*. Brussels: P.I.E. Peter Lang.

BURKE, Peter (2004). *Testemunha ocular. História e imagem*. Bauru: EDUSC.

CARVALHO, Luís Miguel & Ó, Jorge Ramos do (2009). *Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógico moderno (1880-1960). Estudos comparados Portugal-Brasil*. Lisboa: Educa e Unidade de I & D de Ciências da Educação.

CATTEEUW, Karl, DAMS, Kristof, DEPAEPE, Marc & SIMON, Frank (2005). Filming the black box: primary schools on film in Belgium, 1880-1960. In MIETZNER, Ulrike, MYERS, Kevin & PEIM, Nick (eds.). *Visual history. Images of education* (pp. 203-231). Oxford: Peter Lang.

Didáctica da Secção Cultural das Actividades Juvenis. (1968). Lisboa: Ministério da Educação Nacional/Mocidade Portuguesa.

GROSVENOR, Ian (2007). From the «Eye of History» to «a Second Gaze»: The Visual Archive and the Marginalized in the History of Education. *History of Education*, 36 (4-5), pp. 607-622.

JULIA, Dominique (2001). A Cultura Escolar como Objecto Histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n.º 1 (janeiro/junho), pp. 9-44.

MCLAREN, P. (1986). *Schooling as a Ritual Performance*. London and Boston: Routledge & Kegan Paul.

MAGALHÃES, Justino (2010). *Da cadeira ao banco. Escola e modernização (séculos XVIII-XX)*. Lisboa: Educa/Unidade de I & D de Ciências da Educação.

MÓNICA, Maria Filomena (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença/GIS.

NÓVOA, António, (1993). *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (Séculos XIX-XX)*. Lisboa: IIE.

SILVA, Carlos Manique da (2010). *Publicações Periódicas do Ministério da Educação. Repertório Analítico (1861-2009)*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Biblioteca Digital.

¹ É importante notar que, desde os meados da década de 1930, se insiste na ideia de que “o ensino primário deve prender o homem à terra, fazendo-a progredir” (Adão, 1984, p. 115). Porém, a partir do final dos anos de 1950, tendo em conta essa mesma ideia, diversificam-se as estratégias pedagógicas para a concretizar.

² Como se disse, a revista *Escola Portuguesa* era o órgão oficial da Direção-Geral do Ensino Primário, tendo sido publicada entre 1934 e 1974. Sobre o periódico em causa, ver Nóvoa (1993) e Silva (2010).

³ Alguns autores, convém talvez acrescentar, consideram que os textos escritos continuam a ser a melhor fonte para compreender o passado educativo, sendo que as imagens, ainda no seu entender, podem apenas ser utilizadas como complemento dos textos escritos (cf., por exemplo, Catteeuw, Dams, Depaepe & Simon, 2005).

⁴ Estamos assim a valorizar, enquanto procedimento metodológico, a combinação de várias fontes.

⁵ Alguns artigos publicados na *Escola Portuguesa* deixam perceber que a “campanha” se generalizou a muitas escolas do país, passando a ter um simbolismo muito próprio pelo facto de em alguns distritos escolares se instituírem prémios para promover os jardins escolares (cf., por exemplo, *Escola Portuguesa*, n.º 1365, maio de 1971).